Emerj oferece reciclagem sobre Direito Eleitoral



Foto: ASCOM TRE-RJ

De 28 de abril a 26 de maio, a Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) reuniu magistrados e servidores para uma atualização em Direito Eleitoral. Coordenado pelo juiz Luiz Marcio Pereira, o curso ofereceu cinco módulos sobre "Pressupostos Constitucionais do Direito Eleitoral", com o promotor de justiça Edson de Resende Castro, "Propaganda Partidária, Eleitoral e Institucional", com o juiz Luiz Marcio Pereira, "Minirreforma Política, Arrecadação e Doações Irregulares", com o promotor Rodrigo Lopez Zílio, "As Infrações Eleitorais e suas Consequências", com a procuradora regional da República Silvana Batini, e "Direito Eleitoral Penal", com o promotor Rodrigo Molinaro.

O curso procurou trazer a visão ampla, constitucional, mas também destacou temas como a propaganda e a aplicabilidade da minirreforma da Lei 12.891/13, as infrações e os crimes eleitorais. "São temas mais próximos dos juízes eleitorais de primeiro grau neste ano de eleições gerais", explica o coordenador Luiz Marcio Pereira. O credenciamento da Escola Nacional de Formação dos Magistrados, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi ainda um atrativo a mais para o curso. "Isso é muito importante para os magistrados", lembra o juiz. "Eles se atualizam e também obtêm as horas que devem cumprir todos os anos para promoções e remoções por merecimento", explica.

Escola Judiciária Eleitoral promove seminário

Estudantes, magistrados e operadores do direito lotaram o auditório da sala de julgamentos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro na manhã do dia 8 de maio para assistir ao Seminário de Registro de Candidaturas, o primeiro de uma série de debates sobre Direito Eleitoral. promovido pela Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), o encontro foi mediado pelo desembargador federal André Fontes, diretor da EJE-RJ, e teve como palestrantes o corregedor regional eleitoral, juiz Alexandre Mesquita, o procurador regional eleitoral, Paulo Roberto Berénger, e o jornalista Maurício Duarte.

A palestra do corregedor regional eleitoral, juiz Alexandre Mesquita, abordou a minirreforma eleitoral e o impacto direto nas eleições deste ano. Em seguida, o procurador regional eleitoral, Paulo Roberto Berénger, fez uma exposição teórica sobre as etapas do processo de registro. Por último, o assistente de relacionamento jornalístico institucional do TRE-RJ, jornalista Maurício Duarte, apresentou um panorama das questões levantadas pela imprensa sobre a legitimidade das candidaturas. "O formato dos seminários é interdisciplinar, para estimular a reflexão", explicou, ao final do encontro, o diretor da EJE-RJ, desembargador André Fontes.



Foto: Acervo da EJE-RJ

Ambientação para registro de candidatura



Ilustração: Julio Lima (EJE)

Fotos: ASCOM TRE-RJ



A chefe da SECORP, Sônia de Sousa, orienta a equipe que enfrentará o grande desafio do registro de candidatura de 2014.

O TRE-RJ iniciou, no dia 26 de junho, o treinamento dos servidores que vão atuar no registro de candidatura neste ano. “Estimamos receber de 3 a 3,5 mil requerimentos, a maioria no último dia, 5 de julho, e na véspera”, alertou a chefe da Seção de Controle e Registros Partidários, Sônia de Sousa. O curso tratou da análise de documentos e da inserção de dados no sistema de registro, o Cand. Os servidores trabalharão do dia 30 de junho até 8 de agosto, inclusive, em plantões de fins de semana. Nesse mesmo período, o Tribunal também contará com o reforço de requisitados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Tribunal de Contas do Estado.

Sônia de Sousa apontou os erros mais frequentes durante o processamento das informações recebidas. Ela chamou atenção para certidões de quitação e crime eleitorais de candidatos que regularizaram a situação após o fechamento do cadastro, em abril. “Esses candidatos apresentarão certidões circunstanciadas. Porém, como os dados do sistema de candidatura foram importados automaticamente a partir do banco de dados do cadastro eleitoral, continuarão constando como irregulares, o que será preciso corrigir”, alertou. Também foram apontados erros de preenchimento, como de nome ou CEP, suficientes para provocar divergência no momento de batimento de informações com outros documentos ou bancos de dados, durante o processamento pelo sistema.

Outro ponto destacado diz respeito à conferência de nomes presentes nas listas de gestores que tiveram contas desaprovadas nos últimos oito anos, enviadas pelos tribunais de contas da União, estado e município. “Infelizmente, essa análise só pode ser feita no momento do registro. Embora tenhamos a relação dos nomes escolhidos em convenção, mudanças de candidatos podem acontecer na última hora”, disse Sônia. Duplicidade de registros também são casos que geram problemas. Sônia finalizou reiterando a necessidade de conciliar celeridade e precisão. “Até 10 de julho, deverão estar publicados os registros em edital. Quanto aos deferimentos, conforme experiências passadas, estima-se que na primeira análise dos processos, antes das intimações, quase 50% dos requerimentos apresentem alguma inconsistência”.



No último dia de prazo para registro, o setor recebeu quase 3 mil requerimentos.